

ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E A CONTINUIDADE DA ORDEM INTERNACIONAL ATUAL

Vítor Ramon Fernandes

vitor.fernandes60@gmail.com

Professor Auxiliar na Universidade Lusíada (Portugal) e Professor Visitante na Universidade de Cambridge (Wolfson College) e, anteriormente, no Departamento de Política e Estudos Internacionais.

Resumo

As ordens internacionais refletem os entendimentos que definem as relações entre os estados em determinados momentos da história. A ordem falha quando o conjunto adotado de princípios organizacionais que definem os papéis e os termos dessas relações deixam de funcionar. As organizações internacionais são uma característica central da ordem atual e uma importante fonte de legitimidade. Este artigo apoia-se num conjunto de ideias derivadas da nova literatura do institucionalismo sociológico sobre análise organizacional e apresenta um argumento que mostra as suas possíveis implicações para a ordem atual. Defendo que existem certas características organizacionais relacionadas com o isomorfismo institucional que podem sustentar a continuidade e manutenção da presente ordem internacional. O argumento baseia-se na homogeneidade de práticas e entendimentos identificados em diferentes instituições e organizações. A continuidade dessas práticas e a sua reprodução em estruturas são, até certo ponto, auto-sustentáveis e podem fornecer apoio adicional à ideia de que a atual ordem internacional liderada pelos americanos pode durar mais do que se pensa, ao mesmo tempo que permite mudanças na distribuição de poder.

Palavras chave

Organização Internacional; Novo Institucionalismo; Isomorfismo Institucional; Campo Organizacional; Ordem Internacional

Como citar este artigo

Fernandes, Vítor Ramon (2019). "Isomorfismo institucional e a continuidade da ordem internacional atual". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 10, N.º 1, Maio-Outubro 2019. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.10.1.1>

Artigo recebido em 27 de Maio de 2018 e aceite para publicação em 02 de Fevereiro de 2019





ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E A CONTINUIDADE DA ORDEM INTERNACIONAL ATUAL¹

Vítor Ramon Fernandes

Introdução

Considera-se que a atual ordem internacional² está a mudar. Estão a decorrer mudanças de poder e a questão sobre a natureza dessa mudança é crucial. De uma perspectiva crítica, é importante saber se as transições de poder em curso conduzirão a uma ordem bipolar, ou mesmo multipolar. Além disso, será importante ver se haverá grandes mudanças na natureza operacional dessa ordem, ou se conservará muitas das suas principais características, nomeadamente em relação ao papel e à importância das organizações internacionais.³

Fazendo um balanço da importância que as organizações internacionais e outras instituições tiveram na criação e manutenção da atual ordem internacional, o principal argumento que aqui se apresenta é que há também um conjunto de ideias provenientes da sociologia que podem ajudar a sustentá-la.

Há uma série de características organizacionais pertencentes à teoria organizacional relacionadas com o isomorfismo institucional que devem ser consideradas, uma vez que provavelmente exercem uma influência importante no modo como as organizações internacionais funcionam e prestam um apoio significativo à continuidade da atual ordem internacional. Essas ideias decorrem do trabalho relacionado com o novo institucionalismo⁴ na teoria e sociologia das organizações - o novo institucionalismo sociológico.

Esta abordagem rejeita os modelos de atores racionais e considera as instituições como variáveis independentes em alternativa às abordagens mais convencionais que encaram

¹ A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia – no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2019, e tem como objetivo a publicação no JANUS.NET. Texto traduzido por Carolina Peralta.

² Considera-se ordem internacional o conjunto de normas, regras e entendimentos entre estados que orientam as interações entre si e, em particular, a forma como as grandes potências interagem entre si e com outros estados (veja-se, por exemplo, Ikenberry, 2001, 2014).

³ As organizações internacionais são aqui definidas, essencialmente, como organizações que têm representantes de três ou mais estados que apoiam um secretariado permanente e que são designados para executar certas tarefas para alcançar certos objetivos definidos e comuns. Nesse sentido, abrange apenas organizações governamentais internacionais. No entanto, embora o foco da análise se centre nelas, muito do que é discutido neste artigo também se aplica a outras organizações internacionais, como as organizações não governamentais. Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, Archer (2014).

⁴ Tal como observado por Powell e DiMaggio (1991: 1): "existem muitos 'novos institucionalismos'". Neste artigo, debruço-me sobre o Novo Institucionalismo nos estudos organizacionais e na sociologia. As suas características tornar-se-ão mais claras à medida que prosseguir.



as instituições como sendo consequência de motivos e ações baseadas simplesmente no comportamento racional (Powell e DiMaggio, 1991). O novo institucionalismo sociológico é a teoria mais influente das últimas décadas que estuda questões relacionadas com o desenvolvimento institucional. Baseia-se em argumentos que diferem bastante da linha de investigação mais comum sobre o papel e a importância das organizações internacionais, principalmente na criação e manutenção da atual ordem internacional dentro da teoria institucional liberal e da teoria do regime. É-lhe, no entanto, complementar.

O resto do artigo desdobra-se da seguinte maneira: na primeira seção, apresento uma breve análise da atual ordem internacional com o objetivo de caracterizar o contexto geral do argumento principal. Aqui, além de uma série de considerações gerais sobre a natureza e estabilidade da ordem atual – simultaneamente contextualizando algumas das mudanças de poder que estão a fazer-se sentir, mais notavelmente com a ascensão da China – revejo a importância que as organizações internacionais detiveram nessa ordem até ao momento. Na segunda seção, teço uma série de considerações sobre a natureza das organizações internacionais, chamando a atenção para os seus princípios organizadores e elementos, tais como burocracias. Aqui, assinalo algumas das características mais importantes das organizações internacionais, sob a forma de burocracias do ponto de vista da teoria organizacional, a fim de destacar a sua relevância na política internacional. Nesta seção, discuto igualmente a importância do poder no contexto das organizações internacionais. Na seção seguinte, refiro algumas das abordagens mais conhecidas que podem ser utilizadas no estudo das organizações, com o objetivo de contextualizar a perspectiva que adoto no meu argumento principal. Destaco igualmente algumas das diferenças entre essas perspectivas. A seção seguinte apresenta os principais argumentos sobre o isomorfismo institucional baseado nos trabalhos de Meyer e Rowan (1977), e DiMaggio e Powell (1983), uma vez que são essenciais para o argumento principal. De seguida, defendo que os mecanismos identificados como fontes de isomorfismo e, de fato, de alguma homogeneização resultante do isomorfismo institucional, provavelmente desempenharão um papel importante na manutenção da atual ordem internacional. O artigo termina com uma conclusão dos principais argumentos.

A estabilidade duradoura da atual ordem internacional

Na literatura das relações internacionais, muito se tem escrito sobre o papel das organizações internacionais e outras instituições na atual ordem internacional, e, sobretudo, como têm constituído uma parte essencial dessa ordem desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Um atributo muito importante tem sido o de fornecer legitimidade coletiva. Esta última é muito importante, dado que “a legitimidade é uma propriedade de uma norma ou instituição normativa que por si só exerce uma atração rumo à conformidade nos assuntos abordados de forma normativa, porque os visados acreditam que a norma ou as instituições surgiram e operam de acordo com princípios geralmente aceites do devido processo” (Franck, 1990: 24). As ordens internacionais refletem os entendimentos estabelecidos que definem as relações entre os estados em determinados momentos da história. A ordem desfaz-se quando o conjunto adotado de princípios organizacionais que definem os papéis e os termos dessas relações deixam de funcionar. As regras e instituições acordadas limitam o poder do Estado, e as



organizações internacionais são uma característica central da atual ordem, assim como uma importante fonte de legitimidade (Ikenberry, 1998/99, 2001, 2014).

Desde o colapso da União Soviética, os Estados Unidos têm desfrutado de um poder inigualável no sistema internacional, com um nível de preponderância de poder que nenhum outro estado igualou na história moderna. Por essa razão, essa ordem é caracterizada como unipolar. O tempo dirá se, e quando, retornaremos a um tipo diferente de ordem, bipolar, como foi o caso durante a guerra fria, ou multipolar, como muitos previram que ocorreria logo após o fim da União Soviética. No entanto, até agora isso não aconteceu. Contudo, parece provável que os Estados Unidos e a China continuem a ser as duas maiores potências do sistema internacional nas próximas décadas, à medida que a economia chinesa continua a crescer a um ritmo acelerado, possivelmente superando os Estados Unidos em várias frentes e apesar de ainda estar muito atrás em termos de poder militar⁵.

Será crucial observar como a relação entre esses dois países, não obstante outros, se processará. Em grande parte, a questão incide também sobre o relacionamento entre a China e a ordem ocidental liberal que surgiu após a Segunda Guerra Mundial através da liderança dos Estados Unidos (Ikenberry, 2013). A China ainda parece estar longe de se tornar a primeira potência, ou superpotência, do mundo.⁶ Também não parece querer liderar o mundo de maneira missionária. No entanto, a China vai querer impulsionar os seus interesses e isso provavelmente significará que a energia mundial no futuro será partilhada entre os Estados Unidos e a China. Neste contexto, existe a possibilidade de estes países conseguirem encontrar formas de gerir as suas diferenças e poderão desenvolver perspectivas de cooperação política, económica e de segurança que conduzam à paz e estabilidade no sistema internacional. Além disso, enquanto a China provavelmente desejará reformar partes da ordem internacional assente em normas do pós-guerra de forma a melhor atender aos seus interesses, isso poderá acontecer sem grandes mudanças na forma como opera. Contudo, a possibilidade de conflito no futuro existe se as rivalidades não forem contidas. A diplomacia de Pequim tem sido por vezes considerada um desafio, um tanto perturbante e muitas vezes transtornante em várias ocasiões (Christensen, 2011; Shambaugh, 2011). Existe também algum ceticismo quanto ao relacionamento entre estados poderosos e organizações internacionais. Além disso, os estados poderosos frequentemente submetem muitas das normas das organizações internacionais à sua vontade. Não obstante, a adesão a essas organizações e às normas que elas representam podem ser usadas como uma forma de demonstrar poder e obter vantagens. A China continuará a tentar limitar e estabelecer limites ao poder dos Estados Unidos e as organizações internacionais podem ser instituições eficazes para esse fim.

Esta ordem também tem sido relativamente estável, apesar de algumas mudanças significativas na distribuição global do poder que parecem difíceis de negar e que ainda estão em curso⁷.

⁵ O poder militar é um elemento crucial, principalmente em termos de polaridade. A diferença considerável que ainda existe entre os Estados Unidos e a China nessa frente é, a meu ver, considerada essencial para caracterizar o sistema internacional como unipolar.

⁶ Resta ver se alguma vez o será.

⁷ Como um árbitro anónimo me chamou a atenção, exemplos como a criação do *Asian Infrastructure Investment Bank* - que é considerado um concorrente do Banco Mundial - podem ser vistos como o resultado da incapacidade deste último de permitir mudanças na distribuição do poder. O meu argumento difere no sentido que considero essa situação uma possível circunstância do ajustamento dentro da ordem



Essa estabilidade parece dever-se a vários fatores institucionais, incluindo um número de “características constitucionais” (Ikenberry, inverno 1998/1999: 45) que mitigam as diferenças de poder existentes entre estados e as suas implicações, reduzindo assim a necessidade de equilíbrio entre os estados. Com as suas regras e normas, as instituições são, assim, uma componente importante da ordem internacional, exibindo o que Ikenberry (inverno 1998/1999: 46) define como características de “retornos crescentes”. Isso pode ser considerado relevante no sentido de que quanto mais se tornam parte da atual ordem internacional, mais ajudam a mantê-la e tornam mais difícil derrubá-la. Além disso, a atual ordem internacional liberal pode ser organizada de diferentes maneiras. Evoluiu com o tempo e pode continuar a evoluir (Ikenberry, 2009). Pode estar mais ou menos ligada às normas e instituições existentes, pode ser mais ou menos aberta, e mais ou menos assente em regras ou institucionalizada.

A natureza das organizações internacionais

Independentemente da questão em causa na política mundial, seja por questões de conflito, económicas ou financeiras, humanitárias, preocupações ambientais ou qualquer outra, encontraremos organizações internacionais envolvidas. A sua função é muito mais do que apenas estabelecer ou executar acordos internacionais entre estados, já que moldam a ordem internacional global e, particularmente desde a Segunda Guerra Mundial, são fulcrais para a construção da ordem e da sua manutenção. As organizações internacionais geralmente tomam decisões com autoridade que têm alcance e âmbito global. Em muitas situações, as organizações internacionais atuam como facilitadoras da coordenação de políticas, enquanto mecanismos para administrar e legitimar as soluções de problemas que, de outra forma, seriam geridos por estados independentes num mundo interdependente e que simplesmente permaneceriam sem solução.

Basicamente, as organizações internacionais são estruturas burocráticas que continuam a ser a estrutura privilegiada para a organização do trabalho num mundo complexo (Weber, 1947; Weber, Roth e Wittich, 1978). As burocracias são consideradas o sistema mais eficiente de organização e a maneira mais eficaz de racionalizar processos no mundo atual, dadas algumas das características que lhe estão associadas, ou seja, esferas de competência definidas dentro de uma divisão de trabalho com alguma hierarquia. Além disso, o trabalho necessário e a persecução dos objetivos definidos são realizados de acordo com regras e procedimentos operacionais, e independentemente das pessoas que lá trabalham numa dada altura, ou seja, são impessoais. Permitem que uma organização responda de forma mais eficaz e previsível às solicitações. Como tal, as burocracias são grupos de regras que definem tarefas sociais complexas dentro de uma certa divisão do trabalho na persecução de certos objetivos.

As burocracias também afetam o comportamento de outros atores dentro do sistema internacional, como países e outras burocracias (Krasner, 1983; Keohane, 1984). Também definem e criam regras que têm impacto no mundo social. Um exemplo disto seria o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), no sentido de criar regras para administrar problemas de balanço de pagamentos ou atividades relacionadas com procedimentos institucionalizados para resolver problemas específicos ou realizar certas

internacional para permitir mudanças na distribuição de poder e manter as suas principais características. Veja-se também a nota de rodapé 12.



tarefas. Não menos importante, a cultura burocrática tende a guiar a ação, embora não a determine, pois os burocratas tendem a partilhar uma visão semelhante do mundo, já que essas burocracias influenciam os seus interesses (Campbell, 1998; Immergut, 1987; Swidler, 1986).

Outro tema crucial relacionado com os organizações internacionais é o poder.⁸ Muito se diz acerca do poder e das organizações internacionais e, nesse aspeto, é importante distinguir o poder nas organizações internacionais do poder dessas organizações. Mais especificamente, pode-se pensar em poder dentro das organizações no sentido da capacidade que os membros dessas organizações têm na criação e funcionamento dessas organizações. O mesmo pode ser dito em termos de capacidade de negociação e capacidade de definição de agendas. No entanto, aqui quero concentrar-me no poder das organizações. Ou seja, a ideia que essas organizações internacionais têm poder independente e não militar.

Esse poder também pode ser expresso em termos de influência dentro dessas organizações, nomeadamente através da definição de agendas e da criação de procedimentos. Um exemplo seria as Nações Unidas em relação à paz e segurança internacionais. Esse poder surge da autoridade moral, que confere legitimidade à organização específica para atuar de maneira despolitizada e de um ponto de vista imparcial. No entanto, também pode ser usado para impulsionar determinadas posições políticas e agendas.

A outra fonte de poder nas organizações internacionais é a produção e controlo de informações. Muitas vezes, esse poder autoritário está relacionado com a capacidade de usar as "comunidades epistémicas" (Haas, 1992: 3), que permite que as organizações se apresentem como despolitizadas e enfatizem um ponto de vista objetivo em relação ao conhecimento. Mais uma vez, um bom exemplo disso seria o FMI em relação a alegações acerca de decisões sobre política monetária, mas muitas outras organizações também podem fornecer exemplos semelhantes. Isto porque os burocratas possuem informações que os outros não possuem ou, alternativamente, porque podem influenciar as informações que os outros atores devem reunir e indicar que podem aumentar o seu controlo sobre os resultados. Além disso, o poder burocrático pode incluir a capacidade de transformar informação em conhecimento, conferindo-lhe significado, o que também pode ter efeito na formação da realidade social. Tudo isso proporciona uma maneira de estabelecer regras e normas que as organizações internacionais desejam disseminar como modelos de comportamento bom e adequado (Finnemore, 1996; Katzenstein, 1996; Legro, 1997). Considera-se que uma das funções das organizações internacionais é a criação, disseminação e aplicação de valores e normas que devem definir o que constitui o comportamento aceitável e legítimo do Estado.

Diferentes abordagens no estudo das organizações internacionais

Tradicionalmente, as organizações internacionais têm sido estudadas a partir de uma perspectiva institucional (Kratowil e Ruggie, 1986). Nessa perspectiva, que é estática e não permite compreender muitas das mudanças que ocorrem nessas instituições, a maneira de proceder é geralmente através do estudo das suas estruturas formais, princípios organizadores e hierarquias, o que permite entender o que uma organização

⁸ Para uma boa discussão sobre poder e organizações internacionais veja-se, por exemplo, Barkin (2013).



específica pode e não pode fazer. Por exemplo, seria impossível entender as ações e políticas das Nações Unidas sem saber como funciona o poder de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. O mesmo se aplica aos procedimentos de empréstimo do FMI ou do Banco Mundial sem entender os processos de votação. Além disso, é importante ter em conta que essas organizações têm funcionários administrativos e políticos nomeados. Deve fazer-se uma distinção chave aqui, dado que a lealdade primordial dos primeiros é para com a organização e os seus objetivos, enquanto a lealdade principal dos segundos é para com os seus respectivos governos. Este fato tem importantes implicações para as organizações governamentais internacionais.

As abordagens funcionalista e neofuncionalista tentam lidar com o fato das organizações internacionais mudarem e evoluírem com o tempo à medida que surgem novas exigências e se tornam mais internacionais, alimentadas pelo aumento da cooperação. As diferenças entre as primeiras e as segundas é que esta última também tenta explicar as exigências políticas e os processos de integração, além dos de cariz técnico (Barkin, 2013: 29-40). Algumas perspectivas funcionalistas consideram que as organizações internacionais existem devido às funções que desempenham, no sentido que os estados as criam para tentar superar problemas e dificuldades que, de outro modo, não seriam possíveis de ultrapassar, ou, simplesmente, muito dispendiosas. A natureza da sua atenção tende a concentrar-se em questões relacionadas com custos de transação, informações incompletas e outras barreiras que os estados tentam ultrapassar, mas que, basicamente, não levam em conta o papel mais independente das organizações internacionais, que permite a criação de agendas independentes.

Não obstante, vale a pena notar que a análise funcionalista também deixa em aberto outras dimensões importantes que se tornaram cada vez mais importantes nos últimos anos, particularmente no atual contexto internacional e na presente administração dos EUA. De particular importância, várias organizações internacionais, como as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio e a UNESCO, entre outras, tornaram-se um campo de batalha no qual os estados operaram para salvaguardar os seus interesses na política mundial, refletindo as mudanças de poder que vão tendo lugar.⁹ Embora exista o risco de esta situação ameaçar a manutenção da atual ordem internacional no futuro, particularmente se a mesma persistir, esse facto não afeta a precisão do meu argumento principal.

A abordagem predominante na análise das organizações internacionais no campo da política internacional é, com toda a probabilidade, a análise dos regimes.¹⁰ De acordo com esta abordagem, as organizações internacionais são consideradas estruturas formais que "podem ser definidas como conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e processos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem numa determinada área das relações internacionais" (Krasner, 1983: 2). Como tal, muitas vezes conduzem à criação de instituições, algumas das quais são organizações internacionais que promovem a cooperação (Krasner, 1983; Keohane, 1984; Young, 1982, 1986). Alguns autores até argumentam que existe sempre um regime quando há um padrão regular de comportamento que é sustentável por um período significativo de tempo (Puchala e Hopkins, 1982). Nesse sentido, os regimes e

⁹ Agradeço a um dos árbitros anónimos por me ter referido este ponto.

¹⁰ Os regimes internacionais são geralmente considerados acordos multilaterais baseados na noção de que a cooperação internacional é possível e existe.



os comportamentos estão intimamente ligados. Por sua vez, este aspeto pode ajudar a manter a ordem atual. No entanto, uma ideia crucial nessa abordagem é que as organizações internacionais não têm agência. O seu papel é a imagem habitual das organizações internacionais, vistas como instrumentos que os estados utilizam para alcançar os seus próprios objetivos (Archer, 2014: 117).

O que é aqui é significativo e diferente do que é geralmente considerado na teoria dos regimes, é o facto de vários autores das relações internacionais, alguns dos quais de tendência construtivista, terem contestado o valor da abordagem centrada no ator racional no estudo das instituições. Tendem a adotar uma perspectiva mais orientada para o processo, no qual as instituições constituem atores (Estados), mas também os limitam, o que faz com que os formuladores de políticas levem em consideração normas e regras nos seus processos de decisão (Ruggie, 1982; Kratochwil e Ruggie, 1986; Krasner 1988; Keohane, 1988). Na sua perspectiva, as organizações internacionais promovem a disseminação de normas por causa do enfoque na tentativa de gerar consenso através do multilateralismo. Segundo Acharya (2006: 113) "Sem o multilateralismo, as normas de soberania não se teriam tornado uma característica tão proeminente da ordem internacional do pós-guerra". Agir de acordo com as normas internacionais conduz à disseminação de normas, onde uma norma pode ser identificada como "um padrão de comportamento apropriado para atores com uma determinada identidade" (Finnemore e Sikkink, 1998: 891). Além disso, facilita a aprovação interna para a operacionalização da ação, uma vez que "as regras e normas internacionais podem afetar as escolhas políticas nacionais, ao funcionarem através do processo político interno (Cortell e Davis, 1996: 471). Além disso, as normas são importantes e têm um impacto real e relevante na maneira como os estados se comportam. Este fato acontece através de efeitos 'reguladores', no sentido de que induzem os estados a comportarem-se de uma determinada maneira, ou de uma maneira 'constitutiva', o que significa que influenciam as preferências e interesses dos estados (Glanville, 2016: 186-187). Outros autores argumentam que, sob certas condições restritivas do fracasso das ações individuais dos Estados para assegurar resultados ótimos de Pareto, os regimes internacionais podem desempenhar um papel importante no sistema internacional, apesar da sua natureza anárquica (Stein, 1982; Jervis, 1982).

Não obstante a relevância das diferentes abordagens na análise organizacional, o enfoque aqui assume uma perspectiva diferente, principalmente do que é geralmente considerado na teoria positiva das instituições. O argumento apresentado é sobretudo de natureza sociológica e não adota necessariamente uma perspectiva de abordagem racional.¹¹ Baseia-se na nova literatura institucionalista da análise organizacional, que considera a homogeneidade de práticas e entendimentos nas diferentes instituições e organizações. A continuação dessas práticas e a sua reprodução em estruturas é, em certa medida, auto-sustentável. Contudo, o mais significativo é que também permite mudanças na distribuição de poder dentro da ordem internacional.

Essa abordagem diferente baseia-se em argumentos de um tipo próprio de novo institucionalismo, pelo qual as estruturas organizacionais normais refletem requisitos técnicos e dependências de recursos, mas que também são moldadas por forças institucionais que incluem mitos racionais, conhecimento legitimado através do sistema educativo, das profissões e do direito. As organizações estão profundamente enraizadas

¹¹ Sobre este assunto, veja-se Powell e DiMaggio (1991, especialmente a introdução).



em ambientes sociais e políticos. Além disso, essas práticas e estruturas organizacionais também refletem ou são respostas a regras, crenças e convenções incorporadas num ambiente mais vasto. Essa abordagem assume um tom sociológico claro que a distingue das restantes.

Grande parte desta perspetiva está também relacionada com o trabalho de Bourdieu (1977, 1980, 1984) e Bourdieu e Wacquant (1992), que segue uma epistemologia reflexiva e uma ontologia relacional que se baseia na noção de "habitus" e campos. O conceito de habitus de Bourdieu consiste num sistema de disposições que têm origem em estruturas sociais, mas que são profundamente internalizadas por atores que geram comportamentos mesmo depois das condições estruturais originais terem mudado (Swartz, 1997, particularmente p. 101). As noções de campos¹² e de capital simbólico de Bourdieu aprofundam a nossa compreensão da rede, não apenas como um sistema de fluxos de conhecimento - um instrumento ou meio - mas também como um fenómeno importante em si mesmo. A ideia central aqui é que existem processos dentro da teoria das organizações que são pertinentes no âmbito das instituições/organizações internacionais. Esses processos podem abranger todo o setor empresarial, e serem nacionais ou internacionais. Pode considerar-se que esta perspetiva tem algum em comum com o trabalho de Wendt (1987, 1999).

Mecanismos de isomorfismo institucional e homogeneização

O argumento central do novo institucionalismo sociológico assenta nos processos de homogeneização institucional (Lawrence e Suddaby, 2006; Tempel e Walgenbach, 2007), na sequência, em particular, da contribuição seminal de Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983). Meyer e Rowan defendem que muitas estruturas organizacionais formais surgem como reflexos de regras racionais, com regras institucionais que funcionam como mitos que as organizações incorporam na sua estrutura e modo de funcionamento, ganhando assim legitimidade e estabilidade. Estes autores argumentam que, para obter legitimidade, as organizações tendem a construir histórias sobre suas ações e atividades. Essas histórias são usadas como formas de garantia simbólica para apaziguar pessoas influentes ou o público em geral. DiMaggio e Powell (1983) centram-se nos processos de homogeneização institucional, bem como na similaridade de práticas e entendimentos nas instituições. Basicamente, desenvolveram ainda mais o tópico inicial.

Assinalando a notável semelhança das organizações nas sociedades industrializadas contemporâneas, questionam a razão pela qual as organizações têm tendência a tornarem-se tão semelhantes umas às outras. O seu argumento central é que as organizações tendem a incorporar práticas, regras e procedimentos que foram institucionalizados e, ao estabelecerem como esse processo decorre, destacam processos de reprodução autoritários, miméticos e normativos que conduzem a estruturas organizacionais isomórficas que geram maior legitimidade. Mais do que devido a concorrência ou objetivos associados a uma maior eficiência, as organizações procuram obter legitimidade nos seus contextos para dar resposta a pressões institucionais. Essa homogeneidade de práticas que conduz a um *modus operandis* constante e repetitivo na

¹² Isto é, redes ou arenas sociais dentro das quais se travam as lutas por recursos escassos.



vida organizada pode não ser facilmente explicada por uma abordagem centrada no ator racional.

De acordo com DiMaggio e Powell (1983: 150): "O isomorfismo autoritário resulta de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais dependem e de expectativas culturais na sociedade onde as organizações operam". Como tal, os factores coercivos podem também envolver pressões políticas e a força do estado e, em alguns casos, até supervisão e controlo regulamentares, nomeadamente através da definição de medidas e procedimentos que precisam de ser implementados pelos actores dentro desses setores regulamentados. No entanto, também podem ser o resultado de expectativas culturais. No caso das organizações internacionais, o isomorfismo também pode ser consequência de processos mais subtis e indiretos.

Uma segunda fonte de isomorfismo institucional é a mimesis (DiMaggio e Powell, 1983: 151). Esse mecanismo funciona no sentido que os atores são atraídos para certos tipos de modelos organizacionais e, muitas vezes, para tempo de trabalho e comportamento, pois consideram que essas soluções são atraentes para os problemas que enfrentam ou favoráveis em termos de progressão e reconhecimento.

Esta imitação de modelos institucionais legitimados em organizações muitas vezes compensa a falta de racionalidade da decisão e, não menos importante, torna-se um elemento salvador em caso de falha, pois é possível demonstrar que se fez "o que deveria ter sido feito", ou que se agiu "de acordo com os procedimentos corretos". Este isomorfismo mimético pode ser encarado como uma resposta à incerteza e como uma fonte de legitimação (DiMaggio e Powell, 1983: 155; Kalev et al, 2006; Meyer e Jepperson, 2000; Meyer e Rowan, 1977; Powell e DiMaggio, 1991).

Existe igualmente isomorfismo que resulta de fatores normativos derivados da influência das profissões e do papel da educação, muitos deles gozando de grande autoridade e influência, assim como de forças miméticas que se baseiam em respostas habituais consideradas corretas em contextos de incerteza. Por exemplo, universidades e outras instituições de formação profissional difundem padrões através das fronteiras nacionais, e muitas vezes tornam-se exemplos de "boas práticas" em qualquer profissão. Como tal, "são centros importantes para o desenvolvimento de normas organizacionais entre os gestores profissionais e os seus funcionários" (DiMaggio e Powell, 1983: 152). Além disso, funcionam como pessoas que desenvolvem práticas e modos de pensar comuns, fazendo com que os profissionais das organizações, a vários níveis, se tornem semelhantes em contexto, educação e orientação. Em muitas organizações, notadamente organizações governamentais internacionais, existe frequentemente uma filtragem informal na contratação. Dá-se uma situação semelhante ao longo da progressão na carreira, que também favorece o isomorfismo. Nesse contexto, Kontinen e Onali (2017) fornecem um bom exemplo de isomorfismo institucional normativo envolvendo organizações não-governamentais (ONGs).

Os três mecanismos acima referidos podem não ser fáceis de distinguir uns dos outros do ponto de vista empírico. São distintos, mas podem funcionar, e muito provavelmente funcionam, em simultâneo, com resultados que não são facilmente identificáveis¹³. Não

¹³ Por exemplo, o Asian Infrastructure Investment Bank apresenta elementos de isomorfismo com o Banco Mundial, tanto a nível de fatores miméticos como normativos, no trabalho, embora não sejam necessariamente fáceis de identificar. Isso resulta da adoção de estruturas organizacionais, regras e rituais



precisamos de nos deter nesta questão. Mais relevante é a noção de que, para sobreviver, as organizações precisam de convencer o ambiente no qual funcionam que são legítimas e que merecem existir. As organizações têm a necessidade de perpetuar essas atividades simbólicas e cerimoniais, que se tornam parte do contexto, ou seja, institucionalizadas. Não existe dúvida que as organizações internacionais não estão imunes a essas influências, já que suas respeitáveis burocracias também desempenham um papel determinante na forma como operam. Além disso, alguns desses processos podem influenciar os representantes políticos nessas organizações e as políticas dos estados. A continuidade dessas práticas nessas organizações internacionais (governamentais) e as formas de agir adotadas como sendo as corretas em termos de comportamento e atitudes favorecem a reprodução de estruturas que prestam apoio adicional à manutenção da atual ordem internacional.

Conclusão

O novo institucionalismo tornou-se uma abordagem líder dentro da análise organizacional, particularmente entre os sociólogos organizacionais norte-americanos. A ideia principal é que as organizações precisam de adquirir legitimidade para sobreviver e, como resultado, tendem a criar mitos sobre si mesmas, muitas vezes através de atividades simbólicas e cerimoniais, tornado-se institucionalizadas e profundamente enraizadas em ambientes sociais e políticos.

Estamos a assistir a transições de poder no seio do sistema internacional e ainda não é óbvio como é que isso afetará a atual ordem internacional, e em que medida. No entanto, apesar dessas transições de poder, a natureza fundamental da atual ordem internacional não precisa de mudar drasticamente ou, numa perspectiva diferente, pode mudar a um ritmo muito mais lento. Muitos defensores da perspectiva institucionalista liberal argumentaram isso precisamente. Mas o argumento que aqui se apresenta é que existem processos e mecanismos institucionais que foram estudados na teoria organizacional dentro da Nova Teoria Institucional que podem apoiar a ideia de uma ordem duradoura. Esses processos tendem a ter impacto nas organizações em geral, independentemente da área de atividade e do contexto sociopolítico, e, como tal, tendem a influenciar também as organizações internacionais. O resultado pode ser o provável papel que desempenham na manutenção da atual ordem internacional que, conseqüentemente, pode durar mais do que se pensa, ao mesmo tempo que acolhem algumas das mudanças de poder em curso.

Referências bibliográficas

Acharya, A. (2006). Multilateralism, Sovereignty and Normative Change in World Politics. In Edward Newman, Ramesh Thakur and John Tirman (eds.) *Multilateralism under Challenge? Power, International Order, and Structural Change*. Tóquio: UN University Press.

Archer, C. (2014). *International Organizations*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

semelhantes, já que muitas das características existentes numa organização estão presentes na outra em termos de funcionamento "de acordo com os melhores procedimentos e os mais corretos".



- Barkin, S. (2013). *International Organization: Theories and Institutions*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1980). *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (1984). *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Londres: Routledge.
- Bourdieu, P. e L. Wacquant. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: Chicago University Press.
- Campbell, J. (1998). Institutional Analysis and the Role of Ideas in Political Economy, *Theory and Society*, 27, 3: 377-409.
- Christensen, T. J. (2011). The Advantages of an Assertive China: Responding to Beijing's Abrasive Diplomacy. *Foreign Affairs*, Vol. 90, 2 (Março/Abril): 54-67.
- Cortell, A. e Davis, J. (1996). How Do International Institutions Matter? The Domestic Impact of International Rules and Norms. *International Studies Quarterly*, Vol. 40, 4: 451-478.
- DiMaggio, P. J. e Walter W. Powell. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48, 2: 147-160.
- Finnemore, M. (1996). *National Interests in International Society*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- Finnemore, M. e Sikkink, K. (1998). International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, 52:4 (Autumn): 887-917.
- Franck, T. (1990). *The Power of Legitimacy among Nations*. Oxford: Oxford University Press.
- Glanville, L. (2016). Does R2P matter? Interpreting the impact of a norm. *Cooperation and Conflict*, Vol. 51(2): 184-199.
- Haas, P. (1992). Introduction. Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, 46, 1: 1-35.
- Ikenberry, G. J. (1998/99). Institutions, Strategic Restraint, and the Durability of Western Order. *International Security*, 23, 3 (winter 1998/99): 43-78.
- Ikenberry, G. J. (2001). *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major War*. Princeton: Princeton University Press.
- Ikenberry, G. J. (2009). Liberal Institutionalism 3.0: America and the Dilemmas of Liberal World Order. *Perspectives on Politics*, Vol. 7, No. 1: 71-87.
- Ikenberry, G. J. (2011). *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and the Transformation of the American World Order*. Princeton: Princeton University Press.
- Ikenberry, G. J. (2013). The Rise of China, the United States, and the future of the Liberal International Order. In David Shambaugh (ed.) *Tangled Titans*. Plymouth, RU: Rowman & Littlefield, Inc.



- Ikenberry, G. J. (2014). The logic or order: Westphalia, liberalism, and the evolution of international order in the modern era. In G. J. Ikenberry (ed.) *Power, Order, and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Immergut, E. (1998). The Theoretical Core of the New Institutionalism, *Politics and Society*, 26, 1: 5-34.
- Jervis, R. (1982). Security Regimes. *International Organization*, 36, 2: 357-378.
- Kalev, A., Frank Dobbin e Erin Kelly. (2006). Best practices or Best Guesses? Diversity Management and the Remediation of Inequality. *American Sociological Review*, 71, 2: 589-971.
- Katzenstein, P. (1996). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Keohane, R. (1984). *After Hegemony*. Princeton: Princeton University Press.
- Keohane, R. (1988). International Institutions: Two Research Programs. *International Studies Quarterly*, 32, 4: 379-396.
- Kontinen, T. e Onali, A. (2017). Strengthening Institutional Isomorphism in Development NGOs? Program Mechanisms in an Organizational Intervention. *Sage Open*, Volume: 7 issue 1: 1-14. <https://doi.org/10.1177/2158244016688725>
- Krasner, S. D. (1983). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press.
- Krasner, S. D. (1988). Sovereignty: An Institutional Perspective. *Comparative Political Studies*, 21, 1: 66-94.
- Kratochwil, F. e John G. Ruggie. (1986). International Organization: A State of the Art on the Art of the State. *International Organization*, 40, 4: 753-776.
- Lawrence, T. B., and Roy Suddaby. (2006). *Institutions and institutional work*. In Stewart R. Clegg, Cynthia Hardy, Thomas B. Lawrence & Walter R. Nord (Eds.). *Sage Handbook of Organization Studies*, 2ª Edição. Londres: Sage.
- Legro, J. (1997). Which Norms Matter? Revisiting the "Failure" of Internationalism. *International Organization*, 51, 1: 31-64.
- Meyer, J. W. e Brian Rowan. (1977). Institutionalized organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, 2: 340-63.
- Meyer, J. W. e Ronald Jepperson. (2000). The 'Actors' of Modern Society: The Cultural Construction of Social Agency. *Sociological Theory*, 18, 1: 100-20.
- Powell, W. W. e Paul J. DiMaggio. (eds.) (1991) *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: Chicago University Press.
- Puchala, D. J. e Raymond F. Hopkins. (1982). International Regimes: Lessons from Inductive Analysis. *International Organization*, 36, 2: 245-275.
- Ruggie, J. G. (1982). International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Post War Economic Order. *International Organization*, 36, 2: 3779-415.
- Shambaugh, D. (2011). Coping with a Conflicted China. *The Washington Quarterly*, Vol. 34, Nº 1: 7-27.



- Stein, A. (1982). Coordination and Collaboration: Regimes in an Anarchic World. *International Organization*, 36, 2: 299-324.
- Swartz, D. (1997). *Culture and Power: The Sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: Chicago University Press.
- Swidler, A. (1986). Culture in Action: Symbols in Strategies, *American Sociological Review*, 51, 2: 273-86.
- Tempel, A. e Peter Walgenbach. (2007). Global Standardization of Global Forms and Management Practices? What New Institutionalism and the Business-System Approach Can Learn from Each Other. *Journal of Management Studies*, 44, 1: 1-24.
- Weber, M. (1947). *Theory of Social and Economic Organization*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Weber, M., Guenther Roth, Ckus Wittich. (eds.) 1978. *Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology*, vols. I e II. Berkeley: University of California Press.
- Wendt, A. (1987). The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*, 41 (3): 335-470.
- Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, O. (1982). Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes. *International Organization*, 36, 2: 277-297.
- Young, O. (1986). International Regimes: Towards a New Theory of Institutions. *World Politics*, 39, 1: 104-122.